

## **Formações Discursivas na Implantação da Usina Hidrelétrica Estreito: Análise do Site Institucional do Consórcio Estreito Energia<sup>1</sup>**

Lígia Regina Guimarães Clemente <sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo traz parte de resultados obtidos na pesquisa de mestrado sobre o debate público a respeito da implantação da Usina Hidrelétrica Estreito, situada nos estados do Maranhão e Tocantins, cujo processo foi marcado por diversas tensões. Aqui se apresentam as análises da produção noticiosa do site institucional *www.uhe-estreito.com.br*, em cumprimento ao Plano Básico Ambiental, exigência legal para o Licenciamento Ambiental. Apoiou-se no aporte teórico-metodológico das Formações Discursivas (FOUCAULT, 2000) na identificação de Conceitos, Objetos e Modalidades Enunciativas para compreender a produção discursiva do Consórcio sobre os sujeitos do Estado, Mercado e Sociedade Civil. Nota-se uma notória interdição do atingido por barragem na produção; prioriza a noção de *accountability*; o mercado cumpre a legislação e as figuras políticas legitimam essas ações.

**Palavras-chave:** Formações Discursivas; Relações de poder; UHE Estreito; Mercado

### **Introdução**

O presente artigo traz parte dos achados da dissertação de mestrado na área de Comunicação, que discutiu sobre os sujeitos das esferas do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil envolvidos no debate sobre a implantação da Usina Hidrelétrica Estreito.

Aqui são apresentadas análises da comunicação realizada pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), responsável pela usina, nas notícias publicadas no site institucional *www.uhe-estreito.com.br*. Essa produção faz parte de uma conjuntura legal exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Como exigência para a emissão do Licenciamento Ambiental e medida para compensar os impactos, o Ibama analisou e aprovou o Projeto Básico Ambiental (PBA) proposto pelo Consórcio, que propõe 39 programas ambientais, que devem ser desenvolvidos nas comunidades e na região visando prevenir, mitigar e compensar as interferências sociais e ambientais ocasionadas pelo empreendimento. Um Programa específico do PBA, o de Comunicação Social, norteia o planejamento da Comunicação Organizacional do empreendimento, indicando quais assuntos devem ser trabalhados, a quais públicos deve se dirigir, visando como fim, tornar as comunidades afetadas em parceiras e apoiadoras da usina.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (GT) GT 3: Discursos, Identidades e Relações de Poder, atividade integrante do XV Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas.

<sup>2</sup> Doutoranda do PPGCOM da Universidade Federal de Goiás, Linha Mídia e Cidadania, Editora de Publicação da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [ligiaufma@gmail.com](mailto:ligiaufma@gmail.com)

O recorte temporal de análise desta pesquisa compreende determinadas fases entre início da instalação, em 2008, até os desdobramentos do funcionamento da hidrelétrica, em 2013. Dentro desse recorte, atém-se a algumas fases específicas de publicações disponíveis no site: 2010 - fase da construção da barragem propriamente dita, início do enchimento do reservatório e repercussão; 2012 - contexto da inauguração da usina e 2013 - desdobramentos pós-inauguração usina.

A Usina Hidrelétrica Estreito está situada nos estados do Maranhão e Tocantins e com reservatório de abrangência em 12 municípios desses dois estados. Foi projetada para uma potência total de 1.087 MW, com um reservatório de 555 km<sup>2</sup> de superfície, sendo 400 km<sup>2</sup> de terras inundadas e com 5.400 x 10<sup>6</sup> m<sup>3</sup> de volume de água. As obras localizaram-se nos municípios de Estreito - MA e Aguiarnópolis - TO e a represa, no Rio Tocantins. Atinge diretamente os municípios de Estreito e Carolina, no estado do Maranhão, e os municípios tocaninenses de Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins.

O Consórcio Estreito Energia – CESTE, formado pelas empresas multinacionais GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e Intercement, é responsável pela construção e operação da UHE Estreito. Inaugurada em 2012, teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 na área energética do país desta década. O processo de instalação do empreendimento foi marcado por diversos conflitos e despertou alguma forma de debate na imprensa sobre as questões relativas aos impactos trazidos a nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira trazido pela barragem.

Para a construção da UHE Estreito houve um remanejamento, a princípio, de mais de três mil propriedades. O valor pago às famílias indenizadas e as medidas de mitigação e compensação aos 12 municípios diretamente atingidos também foram alguns motivos recorrentes de insatisfação da comunidade.

## **2. Procedimentos Metodológicos**

A análise proposta apropria-se dos conceitos de Foucault em “Arqueologia do Saber” (2000) para construir um modelo analítico que permitiu encontrar as Formações Discursivas como norteador metodológico. Considera-se as Regras de Formação para tentar se definir as regularidades em meio da dispersão. “As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (FOUCAULT, 2000, p.43-44).

**Quadro 01:** Resumo do modelo da Análise: Objetos, Modalidades Enunciativas e Conceitos

ELEMENTO DA FORMAÇÃO DISCURSIVA	DESCRIÇÃO-RESUMO
<b>OBJETOS</b> (o que o define)	Superfície de Emergência (onde surgem os discursos); Instâncias de delimitação (quais as áreas que as qualificam e código usado para pensar o tema)
<b>MODALIDADES ENUNCIATIVAS</b> (de onde vêm)	Quem fala? Lugares institucionais; Posições dos sujeitos.
<b>CONCEITOS</b> (organização do campo)	Formas de sucessão de argumentação; Disposição enunciativa; inferências, descrições, esquemas; narrativas e/ou composição de estruturas (dramatização); Presença/Ausências; procedimentos de intervenção.

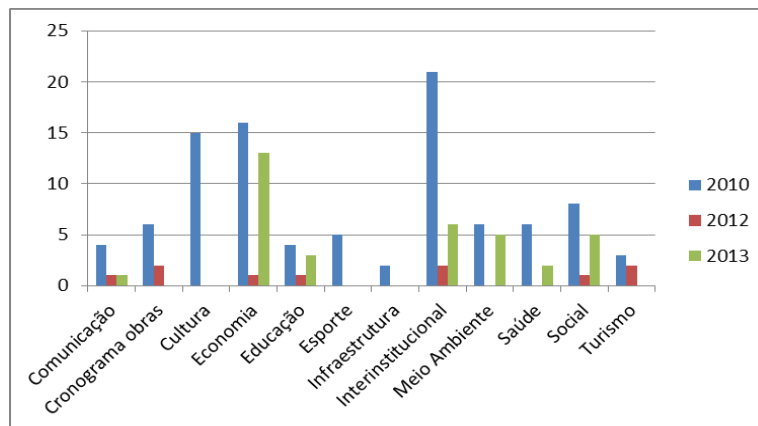
Fonte: Elaborado pela autora a partir de Foucault (2000).

### 3. Formação Discursiva no Site do Ceste

O site [www.uhe-estreiro.com.br](http://www.uhe-estreiro.com.br) entrou no ar em 2010. Além da publicação de notícias sobre a UHE Estreito, estão disponíveis outras informações sobre o funcionamento de uma usina, especificações sobre o empreendimento e informações institucionais- com explicações sobre o PBA e ações sociais; um roteiro com 24 perguntas e respostas sobre a usina; vídeo e *jingle* institucionais; monitoramento climatológico e de balneabilidade das praias do entorno do reservatório e *links* para sites de agências de energia.

Para analisar a produção discursiva noticiosa do Consórcio Estreito Energia mapeou-se previamente a totalidade de 141 notícias publicadas nos anos de 2010, 2012 e 2013 e categorizou-se de acordo com os temas abordados. As categorias foram elaboradas pela autora e alistadas a partir de uma avaliação do tema e enfoque que prevalecem em cada matéria do site.

**Gráfico 01:** Categorias de notícias site do Ceste: 2010, 2012 e 2013



Fonte: Site Ceste, categorizado pela autora (2015).

A categoria “Comunicação” corresponde às notícias sobre ações de comunicação e diálogo entre o Consórcio e a comunidade local; “*Cronograma das Obras*” sobre o andamento da construção da hidrelétrica; “*Cultura*” sobre ações culturais desenvolvidas pelo Consórcio nas localidades atingidas (como cinema e exposições); “*Economia*”, referentes a ações de incentivo a atividades econômicas na região; “*Educação*” sobre ações como cursos de qualificação; “*Esporte*”, sobre ações desportivas (como torneios e premiações) realizadas pelo Ceste; “*Infraestrutura*” sobre ações relativas à infraestrutura nos 12 municípios; “*Interinstitucional*” (a maior categoria registrada em 2010) são notícias relativas a ações de cunho interinstitucionais, como convênios, visitas e parcerias entre o Ceste e governos municipais e estaduais, dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a nível local, nacional e, por vezes, internacional. As categorias “*Meio Ambiente*”, “*Saúde*”, “*Social*” e “*Turismo*” também se referem às notícias relativas às suas respectivas áreas temáticas, compreendendo as ações que o Consórcio desenvolve para mitigar os impactos na região.

No ano de 2010, registrou-se um total de 96 notícias no site do Ceste somando-se todas as categorias; em 2012 (ano da inauguração), apenas 10 e em 2013 (ano seguinte à inauguração) foram registradas 35. Da totalidade de notícias em 2010, o maior registro equivale às notícias de caráter interinstitucional, 22% (e ainda 20% em 2012 e 17% em 2013), seguidas das que tratam de temas relativos de incentivo às atividades econômicas (17% em 2010, 10% em 2012 e 37% em 2013).

A partir dessa categorização, seguindo o critério da recorrência em meio à dispersão, chegou-se a um *corpus* mais específico de 12 notícias dentro das temáticas intituladas aqui de “*Interinstitucional*” e “*Economia*”, pois são as que foram mais frequentes na produção do noticiário do Ceste, das quais seis serão analisadas neste artigo.

**Quadro 02:** Notícias para análise - site Ceste

Data	Título	Categoria
26/04/2010	Comitiva de parlamentares franceses destaca potencial energético brasileiro em visita à UHE Estreito	<b>Interinstitucional</b>
06/05/2010	Governadora diz que UHE Estreito traz mais desenvolvimento para Maranhão	
30/11/2010	Presidente Lula fecha primeira comporta da UHE Estreito (MA) e dá início ao enchimento do reservatório	

<b>04/11/2010</b>	CESTE apresenta Plano de Oportunidades a empreendedores de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO)	<b>Economia</b>
<b>31/10/2013</b>	Famílias recebem orientação para desenvolver novas atividades econômicas	
<b>30/12/2013</b>	Comerciantes recebem capacitação	

Fonte: Site Ceste, categorizado pela autora (2015).

Será feita aqui a descrição da formação dos objetos da esfera do Mercado, em que se tenta compreender a “superfície de emergência desses discursos”; o que os torna nomeáveis; áreas que qualificam o discurso; distinguir quem fala, o lugar institucional e posição dos sujeitos nas modalidades enunciativas e a formação dos conceitos, com disposição enunciativa e argumentos.

### 3. 1 Categoria “*Interinstitucional*”

As notícias de caráter interinstitucional tratam, principalmente, da relação entre o Consórcio e outras instituições que legitimam e viabilizam suas ações.

Como o Ceste é um consórcio formado por multinacionais, esse bom relacionamento com os parlamentares perpassa as fronteiras do país e estende-se ao continente europeu. O registro “Comitiva de parlamentares franceses destaca potencial energético brasileiro em visita à UHE Estreito”, de 26 de abril de 2010, detalha a ocasião em que uma comitiva de nove pessoas composta por parlamentares franceses, o embaixador da França no Brasil, Yves Saint Geours, e executivos da GDF Suez, empresa franco-belga e principal acionista do Ceste, visitaram as instalações da usina.

Impressionado com a estrutura construída entre os estados do Maranhão e Tocantins, o deputado e presidente da comissão de energia da Assembléia Legislativa da França, Jean Claude Lenoir, destacou o crescimento do setor energético brasileiro e a rapidez com que as hidrelétricas são construídas. ‘É impressionante ver tamanha estrutura construída em tão curto espaço de tempo. Para nós é importante conhecermos os projetos de grande relevância que estão sendo construídos no mundo, a exemplo da UHE Estreito no Brasil’, declarou (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 26/04/10).

Além do Presidente da Comissão, também são sujeitos de fala na notícia o embaixador da França no Brasil, Yves Saint Geours, e o diretor presidente da GDF Suez América Latina, Jan Flachet, que:

Ressaltou a importância da UHE Estreito para o grupo, um dos maiores em projetos de geração de energia em todo o mundo e, também, a oportunidade de apresentar projetos desenvolvidos no Brasil para os parlamentares franceses. ‘Ficamos honrados em receber a comitiva em nossas instalações e poder apresentá-la grandes projetos como a UHE Estreito que estará gerando

energia limpa e renovável até o fim do ano’, disse Flachet, lembrando das condições favoráveis para este tipo de empreendimento no país. ‘O Brasil tem um enorme potencial hídrico que possibilita o desenvolvimento de projetos especiais como esse, ao contrário da França que já teve seu potencial utilizado’, concluiu (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 26/04/10).

A estrutura narrativa mostra a UHE Estreito como um exemplo de vanguarda na produção de energia elétrica para o mundo. Por outro lado, é possível também perceber a visita como uma espécie de aval dado pela empresa GDF Suez, como maior acionista da usina, em observar o andamento das obras e articuladora da expedição da comitiva dos parlamentares.

Várias autoridades visitam o canteiro de obras da usina ao longo de todo o período de instalação até a inauguração. Essas visitas podem ser observadas como atos simbólicos de participação, de ligação e reforçam as relações interinstitucionais que o Consórcio precisa articular.

A notícia “Governadora diz que UHE Estreito traz mais desenvolvimento para Maranhão”, de 06 de maio de 2010, registra a ocasião da visita ao canteiro de obras da Usina pela então Governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB). Na fala da governadora são reforçadas as ideias de que o empreendimento traria desenvolvimento ao estado e ao país e é elogiado pelo cumprimento da legislação ambiental:

Surpresa com o que viu e ouviu a Governadora não mediu elogios às ações de responsabilidade ambiental e social desempenhadas pelo Ceste e nem palavras para reconhecer a importância da obra para o Maranhão e, especialmente, para o país. ‘O Maranhão se sente feliz de estar presente neste projeto, uma das prioridades do Governo Lula e do PAC’, ressaltou Roseana Sarney, antes de iniciar a visita ao canteiro de obras da UHE Estreito (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 06/05/10).

A notícia detalha a comitiva que acompanha a Governadora: secretários, deputados estaduais, o Prefeito do município de Estreito, Zequinha Coelho, e a recepção pelo Presidente do Ceste, José Renato Ponte, pelo diretor de Saúde, Segurança e Meio Ambiente do Ceste, Dimas Maintinguer, e pelo Assessor da Presidência do Ceste, Luiz Artur Arantes.

A visita é narrada, com detalhes, sobre os funcionários que cumprimentaram e fizeram fotos com a governadora.

Durante a visita, Roseana Sarney foi cercada pelos funcionários da Usina, que a cumprimentaram e pediram para fazer fotos. Maurício Alves, que trabalha na concretagem foi um deles. Contente, ele exibia no celular a foto tirada ao lado da Governadora do Maranhão. Roseana Sarney disse estar

impressionada com a grandiosidade da obra e fez questão de observar o empenho dos trabalhadores. ‘Isso aqui não funciona sozinho. Aqui temos um grande complexo movido por milhares de homens. Devemos muito a esses trabalhadores’, ressaltou (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 06/05/10).

A governadora enaltece a mão de obra dos trabalhadores da usina. A ela, enquanto voz institucional autorizada a falar, cabe reconhecer o empenho dos trabalhadores, enquanto o trabalhador sente-se contente ao exibir o celular com a foto da governadora.

A construção do objeto do discurso é identificada segundo a própria nomeação do título da notícia, que referencia que a Usina traz mais desenvolvimento para o Maranhão. No mesmo contexto de desenvolvimento, a governadora vincula as ideias de responsabilidade ambiental, social, importância da obra para o Maranhão e para o país. Aglutinar essas imagens na mesma construção de conceitos relativiza os efeitos colaterais da construção da usina.

Em 30 de novembro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a convite do Ceste, fechou uma das 14 comportas do vertedouro, dando início ao enchimento do reservatório da usina, considerada a última grande etapa do empreendimento antes do início de operação, em 2012.

A notícia “Presidente Lula fecha primeira comporta da UHE Estreito (MA) e dá início ao enchimento do reservatório”, de 30 de novembro de 2010, descreve também a comitiva que o acompanha, o ministro de Minas e Energia, Marcio Zimmermann; a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; ministro interino da Pesca e Aquicultura, Cleberson Carneiro Zavaski; os governadores do Maranhão, Roseana Sarney, e do Tocantins, Carlos Gaguin, e os senadores Edison Lobão (PMDB) e João Alberto (PMDB), além de outras de autoridades da região e empresários.

O Presidente Lula destacou a importância do empreendimento para o país: ‘Esta hidrelétrica servirá de modelo para como tratar corretamente e respeitosamente os moradores que aqui vivem, os moradores, os pescadores e os que trabalham na agricultura’. Lula ressaltou que Estreito mostrou que empresários e movimentos sociais podem viver em acordo para o benefício de toda a população, se referindo ao Convênio assinado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, CESTE, IBAMA e Colônia de Pescadores para implantação do Projeto do Complexo Integrado de Escoamento, Processamento e Beneficiamento da Produção Pesqueira da Área de Influência da Usina Hidrelétrica Estreito (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 30/11/10).

A fala do Presidente aponta a UHE Estreito como um modelo a ser seguido pelos acordos entre movimentos sociais e empreendedores, a partir do exemplo do convênio citado entre Ministério da Pesca e Aquicultura e pescadores da região.



Além do Presidente da República, têm lugar de fala na notícia o presidente da GDF SUEZ no Brasil, Mauricio Bahr, e o presidente do Ceste, José Renato Ponte, que também prestou contas das ações e investimentos:

Foram investidos R\$ 4 bilhões, geramos renda, empregos, melhor qualidade de vida para a população da região e mais energia para o país, afirmou. José Renato ressaltou que o Projeto Básico Ambiental (PBA), composto por 39 programas sócio-ambientais, está sendo cumprido de forma integral, com a aplicação de mais de R\$ 600 milhões de investimentos (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 30/11/10).

A notícia detalha o enchimento do reservatório, que se daria em três etapas, quando seriam alcançadas as cotas de 145m, 150m e 156m, assim como os programas e os procedimentos a serem adotados. Também têm destaque as parcerias com o poder público, governos estaduais, municipais, associações e comunidade:

Com o objetivo de assegurar o desenvolvimento da região sobre todos os aspectos (educação, segurança, saúde, meio ambiente e infraestrutura), o Ceste firmou parcerias com os governos estaduais, municipais, associações e comunidades. Desde o início do empreendimento, o consórcio reaparelhou hospitais, reformou e ampliou postos de saúde, doou ambulâncias, tratores e viaturas policiais e construiu novas sedes para as polícias civil e militar, escolas, casa de abrigo para idosos e creches. Com as prefeituras da região, o Ceste foi além e estabeleceu, voluntariamente, Termos de Compromisso Mútuo (TCM), levando benefícios diretos à população (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 30/11/10).

Os possíveis impactos e transtornos ocasionados aos 12 municípios atingidos em razão do enchimento do reservatório são evanescidos frente à enumeração dos investimentos financeiros e compensações à comunidade. Quando o Presidente da República fecha, pessoalmente, uma das comportas e dá início simbólico e real ao enchimento do reservatório da usina, acompanhado por políticos do poder municipal, estadual e federal, uma noção de desenvolvimento, enquanto um projeto que sai do papel e entra em operação, é endossado, realiza-se plenamente, com um aparente apoio de todas as instâncias e sujeitos.

Nota-se como recorrente no discurso das autoridades sobre a hidrelétrica a associação com a noção de desenvolvimento, agregado a dados como os números de empregos gerados e a mitigação de impactos socioambientais. A abordagem sobre desenvolvimento aproxima-se da concepção de crescimento econômico, mensurada por indicadores, e a concepção sobre preservação ambiental é construída cosmeticamente (BUENO, 2007), sem, muitas vezes, aprofundamento nos parâmetros nem considerando os aspectos multidisciplinares que o termo abarca.



O economista José Eli da Veiga, na obra “Desenvolvimento sustentável - o desafio do século XXI” (2010), traça alguns apontamentos e questionamentos para tentar desvendar os enigmas: como pode ser entendido e mensurado o desenvolvimento? E como pode ser entendida e mensurada a sustentabilidade? Para delinear algumas respostas, o autor já renuncia à opção de conceber desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e recusa a consequente forma de mensuração por meio de indicadores tradicionais, como o Produto Interno Bruto (PIB) e a renda *per capita*.

Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. Com tal perspectiva, eles só percebem fenômenos econômicos secundários, como o crescimento do PIB, o comportamento das exportações, e ou a evolução do mercado acionário, mas não reparam nas profundas disfunções qualitativas, estruturais, culturais, sociais e ecológicas que prenunciam inviabilidade dos ‘quase-Estados-nação subdesenvolvidos’ (VEIGA, 2010, p. 23).

Quando a Usina entra em operação, após quatro anos de tensões, cumprindo a sua função com a geração de 1.087 MW de energia, os processos compreendidos no intervalo entre os grandes marcos da obra são dissimulados pela concretização do empreendimento em pleno funcionamento. O que se torna nomeável na superfície discursiva: a legislação foi cumprida, os acordos realizados e a energia está sendo gerada e beneficiando o país.

### **3.2 Categoria “Economia”**

Das notícias da categoria aqui nomeada de “Economia” referem-se a ações do Ceste que visam incentivar a economia local como alternativa às atividades antes realizadas no entorno do rio, haja vista que, com o remanejamento das famílias que antes moravam e sobreviviam economicamente do rio Tocantins, passou a ser necessário se adaptar a uma nova realidade e redescobrir novas potencialidades econômicas em outras localidades, como se observa em “CESTE apresenta Plano de Oportunidades a empreendedores de Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins (TO)”, de 04 de novembro de 2010:

Agricultura Urbana, Apicultura, Artesanato, Aproveitamento dos Frutos do Cerrado, Negócios em Área Urbana, Piscicultura, Turismo, Viveiros de Produção de Mudas de Plantas Nativas, Produção de Farinha, Cultivo de Plantas para Produção de Biodiesel e Criação de Pequenos Animais são áreas elencadas com boa demanda a ser aproveitada nas cidades alcançadas pela implantação da UHE Estreito. Segundo a gerente de Projetos Econômicos do Ceste, Cassandra Gelsomino Molisani, tais negócios foram apontados em pesquisas e encontros realizados na região. E para que seja tirado melhor proveito da informação pelos moradores, o Plano de Oportunidades de Negócios tem sido apresentado em cada um dos 12

municípios da área de abrangência da Usina de Estreito (CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA, 04/11/10).

Vale observar que passar as informações e despertar o olhar para o potencial econômico da região é um primeiro passo no processo, no entanto, não é garantia de que essas novas atividades seriam realizadas efetivamente e pudessem influenciar positivamente a economia da região.

Das modalidades enunciativas nessa categoria de análise, há uma repetição na estrutura textual dessas notícias que relatam capacitação, parcerias, reuniões, como se observa nos títulos “Famílias recebem orientação para desenvolver novas atividades econômicas”, de 31 de outubro de 2013 e, ainda, em “Comerciantes recebem capacitação”, de 30 de dezembro de 2013. O objeto discursivo é atuação desenvolvida pelo Consórcio, enquanto sujeito ativo que realiza as ações, que são recebidas pelos sujeitos passivos da situação.

Dos que têm espaço de fala nessas três notícias em análise desta categoria, enumera-se: a gerente de Projetos Econômicos do Ceste, Cassandra Gelsomino Molisani; a Secretária Municipal de Educação de Palmeiras do Tocantins, Vera Lúcia; o presidente da Câmara Municipal de Palmeiras do Tocantins, Vereador Mardônio Alves de Castro, e uma moradora de Aguiarnópolis, Lenita Matias da Silva, esta última também elogiando a ação do Consórcio.

Nota-se que toda a produção discursiva do site do Ceste atende ao caráter de *accountability*, de prestação de contas das ações que o Consórcio desenvolve, com o objetivo de responder às prerrogativas de mitigação dos impactos sociais e ambientais exigidos no PBA.

Os processos de *accountability* costumam ser classificados em três formas de realização (O'DONNELL, 1998; PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2001): vertical (em contextos de eleições), horizontal (controles exercidos pelo Judiciário, Executivo e Legislativo e no contexto intra-estadual estatal) e social (quando há a manifestação da sociedade civil por meio de pressões e ações midiáticas).

Observa-se o discurso do noticiário do Ceste como ferramenta de *accountability* (principalmente horizontal), que responde a cobranças para o cumprimento da legislação, dos acordos entre o Consórcio e municípios, nos Termos de Compromisso Mútuo - TCM; do cumprimento ao cronograma de obras e também da presença do Governo Federal em acompanhar as fases do processo.

Maia (2006) aponta que *accountability* se confunde com legitimidade dos processos:

Numa dimensão normativa, a questão da *accountability* estabelece uma estreita relação com a legitimidade – a propriedade de que os procedimentos

de um regime para fazer e implementar a lei sejam aceitos por seus sujeitos. No entanto, o problema da *accountability* também inclui a busca por mecanismos institucionais destinados a controlar o desempenho das instituições públicas e a julgar o modo pelo qual os representantes e os agentes públicos agem concretamente na disposição de seus poderes e deveres (MAIA, 2006, p.05).

No noticiário do Ceste, os diretores, gerentes e presidentes do Consórcio são os sujeitos autorizados a falar, com legitimidade para responder sobre os controles e avaliações (*checks and balances*) os quais o empreendimento é submetido e cobrado tanto por parte das representações sociais quanto das autarquias do Estado. Os sujeitos do Estado também têm espaço no noticiário do Ceste dividindo o papel institucional de responsáveis pelo empreendimento.

A produção discursiva no site do Ceste está inserida nos preceitos da comunicação organizacional e/ou empresarial, mediada por estratégias e ferramentas que visam posicionar positivamente a imagem do Consórcio e do funcionamento da hidrelétrica perante a opinião pública. Do conceito de comunicação organizacional, Kunsch define:

Pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica e da comunicação interna, que formam o composto da comunicação organizacional. Este deve formar um conjunto harmonioso, apesar das diferenças e das especificidades de cada setor e dos respectivos subsetores. A soma de todas as atividades redundará na eficácia da comunicação nas organizações (KUNSCH, 1997, p. 115).

O Programa de Comunicação Social, um dos 39 programas do PBA, elaborado pela empresa CNEC Engenharia S.A. (2005), reconhece que durante a implantação da usina podem ocorrer problemas e conflitos, assim como dificuldades de negociações com os diferentes grupos sociais e institucionais que têm causas e interesses diversificados, sendo assim necessário buscar mecanismos facilitadores da condução do processo de interação e negociação social entre o empreendedor e esses atores, pautando-se na comunicação social.

Diante de um projeto dessa dimensão e a sua interferência no espaço que o cerca, identifica-se a importância fundamental da comunicação social de forma a minimizar os efeitos de sua implantação junto às comunidades afetadas direta ou indiretamente pelo empreendimento. Mas para que ela surta os efeitos desejados, isto é, a promoção da integração entre comunidade-empreendimento, o processo deve estar pautado na participação, na transparência e na informação (CNEC, 2005, p.01).

O Programa estipula o público-alvo, as metas, os procedimentos metodológicos e o conteúdo das ações de comunicação. De acordo com o documento, o público visado deve ser

a população das áreas de influência direta e indireta do empreendimento, bem como a população migrante; e deve ser dada ênfase à comunicação com as comunidades diretamente afetadas, entidades civis e poderes públicos municipais competentes.

Dentre as principais metas previstas, “as ações de comunicação social deverão contribuir para tornar parcelas representativas das comunidades afetadas pela UHE Estreito, parceiras e apoiadoras do projeto” (CNEC, 2005, p.03).

Os *stakeholders* são considerados “todos os públicos que impactam ou são impactados pelas decisões e pela própria existência de uma organização” (BUENO, 2009, p.281), incluem-se, além dos proprietários, investidores e diretores, os empregados, credores, comunidades locais, meios de comunicação, a classe política e sociedade como um todo. São os públicos a quem a Comunicação do Ceste está direcionada estrategicamente, com objetivos claros e metas.

Compreendendo-se os públicos que o Consórcio se relaciona retoma-se ao questionamento inicial da produção discursiva do Ceste: para o Consórcio, quem seria a sociedade civil? Quem seria o Estado? Como ele próprio se apresenta? De que nomeações, definições pode-se apreender?

Quanto ao sujeito atingido por barragem, foi feita uma importante constatação na pesquisa sobre a produção discursiva do site do Ceste. Embora seja o termo “atingido” utilizado em toda a legislação do tema (Estudos de Impactos Ambientais, etc.), observa-se (tanto se fazendo uma busca por palavra-chave no site ou lendo todas as notícias mapeadas), no site do Consórcio há uma notória interdição do vocábulo “atingido” ou “impactado”, em substituição por sinônimos com peso semântico de menor influência sobre a vida do que sofre a ação, como “interferido” ou “alcançado”.

Vainer (2007) levanta que conceito de “atingido” não é meramente técnico, mas diz respeito à legitimação e ao reconhecimento de direitos e demandas.

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p.01).

Foucault (2009) considera que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p. 20). Nessa perspectiva, o discurso já é, a princípio, um objeto de desejo.

Ele elenca procedimentos externos e internos de exclusão do discurso. Segundo ele, a palavra proibida (interdição), a segregação da loucura (separação) e a vontade de verdade são os três grandes sistemas de exclusão e que se apoiam sobre um suporte institucional. Quando Foucault fala em interdições do discurso, da palavra proibida, remete-se nesta análise também à escolha cuidadosa das palavras que podem ou não entrar no jogo.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2009, p.09).

Quando o Consórcio interdita no léxico o “atingido” corre o risco de deixar de reconhecer o conceito de legitimação do sujeito o qual se refere e as práticas que agregam valor ao sentido da palavra, minimizando a ação da usina a somente uma “interferência”, que pode ser mitigada.

Nas demais abordagens sobre a sociedade civil pelo site do Ceste, o que se pode completar após a análise é que, na visão do Consórcio, não há impactados, há uma sociedade que sofre “interferência” e essa interferência é mínima e é compensada pelas ações mitigatórias; e em alguns casos mudou a vida dessas comunidades para melhor. Lembra-se que no Programa de Comunicação Social (CNEC, 2005) há a orientação de tornar uma comunidade, antes contrária ao empreendimento, em parceira e apoiadora do projeto.

O Estado, na visão do Consórcio, cumpre o seu papel político e econômico de prover energia elétrica para o país, satisfazendo uma necessidade coletiva e promovendo o crescimento econômico. As figuras políticas do poder executivo local, estadual e federal, poder legislativo e judiciário ora são protagonistas no processo de implantação da Usina, ora endossam e legitimam essas ações.

O Mercado, como uma autorreferência do próprio Consórcio, nessa produção discursiva externa o cumprimento com a legislação exigida, executa os Programas Básicos Ambientais e presta conta de suas ações.

Trata-se de uma estrutura argumentativa, seleção de fontes e posicionamentos institucionais de sujeitos que se repete em toda a produção noticiosa do site do Ceste. Configuram sua formação discursiva, em que se percebe a regularidade, de noções bem

específicas e contínuas sobre produção energia, cumprimento à legislação mitigação de impactos em prol do crescimento econômico do país.

## CONSIDERAÇÕES

A análise permite sintetizar um quadro de como o Consórcio constrói suas formações discursivas sobre o Mercado, o Estado e Sociedade Civil.

**Quadro 03:** Quadro-síntese dos sujeitos no site Ceste

	MERCADO	ESTADO	SOCIEDADE CIVIL
SUJEITOS NO SITE DO CESTE	Cumprir com a legislação exigida, executar os Programas Básicos Ambientais e prestar conta de suas ações.	Cumprir o seu papel político e econômico de prover energia elétrica para o país, satisfazendo uma necessidade coletiva e promovendo o crescimento econômico. As figuras políticas endossam e legitimam essas ações.	Não há atingidos. Há uma sociedade que sofre “interferência”, que é mínima e compensada pelas ações mitigatórias; e, em muitos casos, o Ceste mudou a vida dessas comunidades para melhor.

Fonte: A autora (2016).

Nos campos de poder que se configuram nas tensões entre os sujeitos do Mercado, do Estado e da Sociedade civil durante a implantação de usinas hidrelétricas, percebe-se um debate público pouco isegórico. Enquanto o Consórcio Ceste reforça que o mercado cumpre a Legislação e os sujeitos do Estado atuam em consonância com o Mercado; a sociedade civil, como os atingidos por barragens, encontra espaço para suas demandas em lugares limitados de visibilidade, protagonizados principalmente por movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A construção da usina é compreendida nas falas autorizadas a falar a partir de uma perspectiva desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Sunkel (2001) e Veiga (2010), apontam que, na tentativa de conciliar as temáticas do crescimento econômico com a do meio ambiente, é fundamental relacionar conhecimento nos três âmbitos: a) o dos comportamentos humanos, econômicos e sociais - objeto da teoria econômica e das demais ciências; b) o da evolução da natureza - objeto das ciências biológicas, físicas e químicas; c) o da configuração social do território - objeto da geografia humana, das ciências regionais e da organização do espaço. Uma ideia, portanto, que exige uma interdisciplinaridade para ser assentida.

Tece-se, ainda, uma crítica a uma realização da comunicação em sua faceta puramente instrumental. Trata-se de uma formação discursiva regida por procedimentos normativos que têm como fim o atendimento a exigências para o Licenciamento Ambiental.

## REFERÊNCIAS

BUENO, W. da C. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente**: teoria e pesquisa. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Empresarial**: políticas estratégicas. São Paulo: Saraiva, 2009.

CNEC Engenharia S.A. **Programa Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Estreito**. São Paulo, 2005.

CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA – Ceste. Disponível em: <<http://www.uhe-estreiro.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no *Collège de France*. Pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 19º ed., São Paulo. Ed. Loyola, 2009.

MAIA, R. C. M. **Mídia e diferentes dimensões da Accountability**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. [www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos) Dezembro de 2006 - 01/27.

O'DONNELL, G. **Accountability horizontal e novas poligarquias**. Lua Nova, n. 44, 1998, pp. 27 – 54.

PERUZZOTTI, E.; C., SMULOVITZ. Accountability social: la outra cara del poder. In: E. Peruzzotti & C. Smulovitz (Eds.), **Controlando la política: Ciudadanos y medios en las nuevas democracias latinoamericanas**. Buenos Aires: Temas, 2001.

SUNKEL, O. A sustentabilidade do desenvolvimento atual. In: ARBIX, Glauco, Mauro Zilbovicius & Ricardo Abramovay (orgs.). **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp & Edusp, 2001, p. 267-310.

VAINER, C. B. **O conceito de Atingido**: Uma revisão do debate e diretrizes. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.